

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

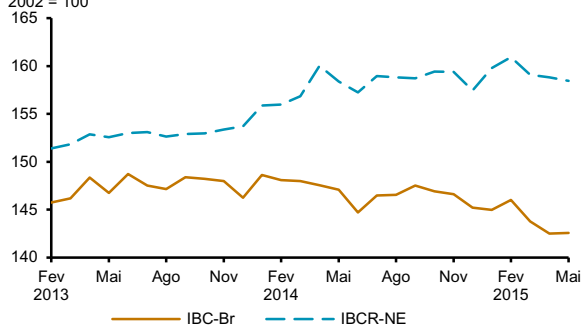


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados
2011 = 100

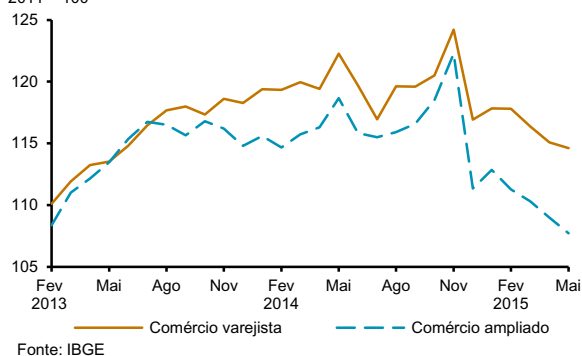


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,2	-1,8	-0,2
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	-4,0	0,8
Híper e supermercados	0,0	-1,6	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	-10,5	-1,9	-5,9
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-9,5	-6,7	-16,6
Comércio ampliado	-6,1	-2,5	-2,1
Automóveis e motocicletas	-6,1	-7,3	-7,4
Material de construção	-1,8	0,6	-1,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O ritmo da atividade econômica no Nordeste seguiu moderado no trimestre encerrado em maio, sensibilizado pelo desempenho negativo do comércio e pela recuperação modesta da atividade agropecuária, ainda prejudicada por condições meteorológicas irregulares. Ressalte-se que o crescimento da indústria da região repercutiu, em grande parte, o efeito da base de comparação deprimida, em função da paralisação, na Bahia, da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis em janeiro e fevereiro. Nesse cenário, o IBCR-NE decresceu 0,4% no trimestre, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia crescido 0,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador cresceu 2,6% no período de doze meses encerrado em maio e 3,5% no terminado em fevereiro.

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 6,1%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para veículos, motos, partes e peças (7,3%), combustíveis e lubrificantes (4,0%) e tecidos, vestuário e calçados (3,0%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (0,6%), o comércio varejista do Nordeste retraiu 1,8% no período (3,2% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 2,1% em maio (-0,2% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (7,4%) e móveis e eletrodomésticos (5,9%). As vendas do comércio varejista variaram -0,2% e 2,0% nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços no Nordeste cresceu 3,8% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014, segundo a Pesquisa Mensal de

Tabela 2.2 – Receita nominal de serviços – Nordeste

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

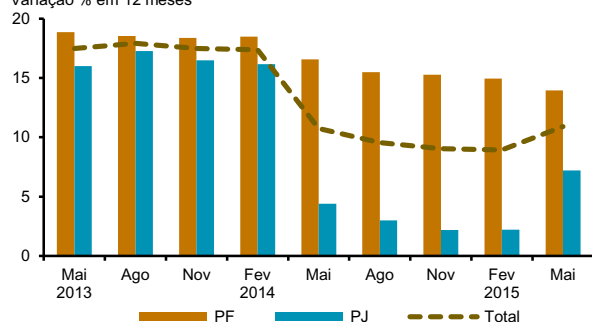
Segmentos	Variação %		
	2015		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	6,1	3,8	5,6
Serviços prestados às famílias	11,9	4,6	10,8
Serviços de informação e comunicação	-3,5	-3,8	-3,8
Serviços profissionais e administrativos	13,4	5,7	10,8
Transportes e correio	6,1	7,4	7,6
Outros serviços	11,6	9,7	11,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-49,9	48,9	82,9	-110,6	-98,4
Indústria de transformação	-53,0	13,5	40,5	-24,2	-53,8
Serviços industriais de util. pública	0,3	1,3	0,1	0,5	1,4
Construção civil	-11,2	0,5	-9,7	-47,1	-26,1
Comércio	-3,9	4,5	37,3	-20,6	-5,6
Serviços	21,7	18,7	18,0	-5,1	-7,9
Agropecuária	-3,4	17,2	-2,2	-12,8	-6,6
Outros ^{2/}	-0,4	-0,2	-1,2	-1,3	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-3 550	-7 621	474	1 121
Governos estaduais	-2 600	-4 788	464	1 127
Capitais	-607	-472	17	19
Demais municípios	-343	-2 362	-6	-25

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Serviços (PMS) do IBGE, com ênfase no desempenho dos segmentos outros serviços, 9,7%, e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 7,4%. A análise em doze meses revela que a receita nominal de serviços aumentou 5,6% em maio, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, 11,3% e serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços prestados às famílias, ambos com alta de 10,8%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$391,7 bilhões em maio, elevando-se 1,2% no trimestre e 10,9% em doze meses. As operações com recursos livres totalizaram R\$216,2 bilhões, com aumentos de 0,4% no trimestre e de 6,4% em doze meses, e as com recursos direcionados somaram R\$175,5 bilhões, expandindo-se 2,1% e 17%, respectivamente, nos períodos considerados.

As operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$170,5 bilhões, variando -0,7% no trimestre e 7,2% em doze meses, com destaque para as atividades indústria de transformação e administração pública. O total do crédito para pessoas físicas totalizou R\$221,2 bilhões, elevando-se 2,6% e 13,9% nas mesmas bases de comparação, com destaque para as modalidades empréstimos habitacionais e crédito consignado.

A inadimplência atingiu 3,8% no trimestre encerrado em maio, crescendo 0,31 p.p. em relação a fevereiro e 0,15 p.p. em doze meses. Ocorreram aumentos trimestrais de 0,06 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,61 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 4,3% e 3,1%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o Nordeste totalizaram R\$5,7 bilhões no trimestre finalizado em maio – dos quais 26,0% destinados às micro, pequenas e médias empresas -, elevando-se 17,3% em relação a igual período de 2014. Os desembolsos somaram R\$24,4 bilhões no período de doze meses encerrados em maio, com aumento de 4,9% em relação a igual intervalo em 2014, contrastando com o recuo de 6,6% observado em nível nacional, na mesma base de comparação.

A economia nordestina eliminou 98,4mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2015 (-49,9 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se os cortes na indústria de transformação (53,8 mil) e na construção civil (26,1 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal decresceu 0,3%

Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	16 524	20 726	20 960
Renegociação ^{2/}	20 123	20 053	20 134
Dívida externa	16 150	20 917	25 193
Outras dívidas junto à União	248	240	37
Dívida reestruturada	893	924	1 116
Disponibilidades líquidas	-16 898	-15 841	-22 455
Total (A)	37 040	47 019	44 984
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	668 489
(A/B) (%)	6,4	7,2	6,7

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2014	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	47 019	-7 621	1 121	-6 500	4 465	44 984
Governos estaduais	48 492	-4 788	1 127	-3 661	4 357	49 189
Capitais	151	-472	19	-452	143	-159
Demais municípios	-1 625	-2 362	-25	-2 387	-35	-4 046

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Maio de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
AL	7 707	-300	483	8 118	-579	222
BA	13 202	696	1 555	13 475	479	1366
CE	5 118	741	1 111	5 011	-123	297
MA	3 113	278	521	3 255	450	733
PB	2 879	110	250	2 208	-178	-25
PE	9 623	1 428	2 188	9 576	-242	595
PI	2 440	278	397	2 149	-47	83
RN	36	26	81	-367	-184	-129
SE	2 901	-87	101	2 449	-680	-491
Total (A)	47 019	3 170	6 687	45 875	-1 104	2 651
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	680 094	3 618	62 697
(A/B) (%)	7,2	29,6	9,9	6,7	-30,5	4,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, com destaque para o decréscimo de 4,3% na construção civil.

A taxa de desemprego do Nordeste, considerados dados do IBGE para as Regiões Metropolitanas de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 10,0% no trimestre terminado em maio (7,9% em igual período de 2014), reflexo de aumento de 1,3% na População Economicamente Ativa (PEA) e redução de 1% na população ocupada. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real decresceram, na ordem, 3,8% e 4,8% no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 9,6% no trimestre finalizado em maio (8,5% no encerrado em fevereiro).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste somou R\$7,6 bilhões no primeiro trimestre de 2015, com crescimento de 114,7% em relação a igual período do ano anterior. Os *superavits* dos governos estaduais e dos demais municípios aumentaram 84,2% e 588%, respectivamente, e o das capitais recuou 22,3%, no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,1 bilhão no trimestre (crescimento de 136,4% em relação a igual período de 2014) e o resultado nominal foi *superavitário* em R\$6,5 bilhões (aumento de 111,3% na mesma base de comparação). Ocorreram elevações respectivas de 71,4% e 582,6% nos *superavits* dos governos estaduais e dos demais municípios, e recuo de 23,4% no dos governos das capitais.

A dívida líquida dos estados, capitais e principais municípios do Nordeste totalizou R\$45 bilhões em março de 2015 (6,7% da dívida dessas entidades no país), reduzindo-se 4,3% em relação a dezembro de 2014. As dívidas junto à União representaram 47,3% do total; a dívida bancária, 46,6%; a dívida externa, 56,0%; e a posição credora em disponibilidades líquidas, 49,9%, no período.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$1,1 bilhão no período de doze meses finalizado em maio (*deficit* de R\$3,2 bilhões em 2014). Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,8 bilhões e o *deficit* nominal, R\$2,7 bilhões, no período (R\$3,5 bilhões e R\$6,7 bilhões, na ordem, em 2014). O endividamento líquido dos três segmentos totalizou R\$45,9 bilhões em maio (recuo de 2,4% em relação a dezembro de 2014), representando

Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste

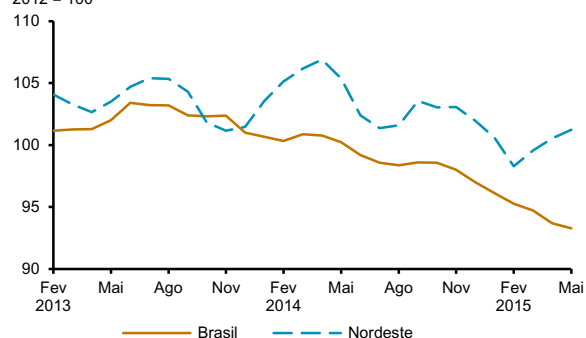
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		Var. % 2015/2014
		Produção ^{2/}		
		2014	2015	
Produção de grãos		15 742	18 054	14,7
Soja	15,8	6 571	8 380	27,5
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	782	811	3,7
Milho	7,9	6 711	7 766	15,7
Feijão	3,6	675	861	27,6
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	15,9	69 261	65 653	-5,2
Mandioca	7,1	5 657	6 077	7,4
Banana	6,1	2 454	2 415	-1,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

Gráfico 2.4 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

Tabela 2.9 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,6	3,0	-3,1
Indústrias extrativas	9,0	-1,5	-1,2	-3,1
Indústrias de transformação	91,0	-5,2	3,4	-3,1
Produtos alimentícios	16,2	5,9	0,2	3,6
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-30,6	33,9	-5,7
Outros produtos químicos	9,9	-6,2	-0,7	2,6
Artefatos couro e calçados	6,9	-2,3	-7,5	-3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

6,7% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país (7,2% em dezembro de 2014).

A safra de grãos do Nordeste deverá atingir 18,1 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, representando 8,8% da produção nacional. A projeção de aumento anual de 14,7% incorpora expansões para as colheitas de milho (4,1%), feijão (27,6%) e soja (27,5%), destacando-se, nessa cultura, o aumento de 40,5% projetado para a safra da Bahia, principal estado produtor da região. Em relação às demais lavouras, estimam-se variações respectivas de -5,2%, -1,6% e 7,4% para as culturas de cana-de-açúcar, banana e mandioca.

A produção industrial da região cresceu 3,0% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 4,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas atividades coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (33,9%), celulose, papel e produtos de papel (3,8%) e produtos alimentícios (0,2%).

A análise em doze meses mostra que a produção industrial recuou 3,1% em maio de 2015 (retração de 1,5% em fevereiro), resultado de reduções de 3,1% nas indústrias extrativa e de transformação, com destaque para as retrações nos segmentos metalurgia, 15,8%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 12,2%; e produtos têxteis, 8,9%.

A balança comercial do Nordeste registrou *deficit* de US\$5,9 bilhões no primeiro semestre de 2015 (*deficit* de US\$6,2 bilhões em igual período de 2014). As importações atingiram US\$12,5 bilhões e as exportações, US\$6,6 bilhões, recuando 8,6% e 11,7%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações, decorrente de retração de 17,6% nos preços e de aumento de 7,1% no *quantum*, repercutiu, em especial, o recuo de 28,8% nas vendas de produtos manufaturados (óleos, -70,3%; hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, -49,6%). As exportações de semimanufaturados aumentaram 7,0% (catodos de cobre, 110,0%; pasta química de madeira, 10,1%) e as de produtos básicos, 6,1% (milho em grãos, 820,6%). As exportações da região para a China, cuja participação no total das vendas da região aumentou 7,2 p.p. no período, EUA, Argentina, Holanda e Canadá representaram, em conjunto, 52,2% do total exportado pelo Nordeste no período.

Tabela 2.10 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	7 506	6 626	-11,7	-14,7
Básicos	1 571	1 667	6,1	-21,6
Industrializados	5 936	4 959	-16,4	-7,5
Semimanufaturados	2 054	2 197	7,0	-3,9
Manufaturados ^{1/}	3 882	2 763	-28,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.11 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	13 734	12 556	-8,6	-18,5
Bens de capital	1 866	1 785	-4,3	-15,8
Matérias-primas	5 523	4 923	-10,8	-15,0
Bens de consumo	1 306	1 206	-7,6	-13,7
Duráveis	897	753	-16,1	-20,5
Não duráveis	409	453	10,9	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	5 040	4 641	-7,9	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		Ano
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	6,01	3,26	2,75	6,11
Livres	78,5	6,01	2,68	2,23	4,97
Comercializáveis	38,9	5,65	1,05	2,21	3,28
Não comercializáveis	39,5	6,39	4,36	2,25	6,71
Monitorados	21,5	6,02	5,44	4,68	10,37
Principais itens					
Alimentação	28,8	6,80	4,08	3,43	7,65
Habitação	14,6	10,26	5,05	4,17	9,43
Artigos de residência	4,7	5,44	0,98	0,62	1,61
Vestuário	7,1	2,96	-0,91	1,44	0,51
Transportes	16,9	2,61	4,31	1,55	5,93
Saúde	10,7	6,96	1,49	3,28	4,82
Despesas pessoais	9,0	7,54	2,33	3,89	6,30
Educação	4,5	7,81	7,10	0,43	7,56
Comunicação	3,7	-0,36	-0,40	1,46	1,05

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

O desempenho das importações resultou de redução de 18,3% nos preços e elevação de 11,9% no *quantum*, destacando-se os recuos de 10,8% nas aquisições de matérias-primas (naftas, -13,5%; hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, -55,8%), de 7,9% nas de combustíveis e lubrificantes (óleos combustíveis, -38,2%), de 16,1% nas de bens de consumo duráveis (automóveis, -25,5%) e de 4,3% na de bens de capital (turbinas a vapor e suas partes, -98,6% e veículos de carga, -15,2%). Em sentido contrário, as importações de bens de consumo não-duráveis aumentaram 10,9% (medicamentos para medicina humana e veterinária, 324,3%). As importações provenientes dos EUA, China, Argentina, Índia, Holanda e Argélia – representaram 52,3% do total das compras do Nordeste no semestre.

A variação do IPCA do Nordeste¹ atingiu 2,75% no segundo trimestre do ano (3,26% no primeiro trimestre), refletindo desacelerações dos preços livres, de 2,68% para 2,23%, e dos monitorados, de 5,44% para 4,68% (energia elétrica residencial, 12,64%; gás veicular, 8,10%; taxa de água e esgoto, 5,73%). No âmbito dos preços livres, houve aceleração, de 1,05% para 2,21%, dos preços dos bens não comercializáveis (tubérculos, raízes e legumes, 30,65%, hortaliças e verduras, 12,86%; e passagens aéreas, 17,33%) e desaceleração, de 4,36% para 2,25%, dos preços dos bens comercializáveis (panificados, 5,41%; carnes, 3,96%). O índice de difusão atingiu 65,20% no segundo trimestre do ano (63,18% no primeiro).

O IPCA do Nordeste variou 8,17% no período de doze meses encerrado em junho (7,63% em março), ocorrendo acelerações de 6,64% para 6,92% dos preços livres e de 11,41% para 12,86% dos monitorados.

O processo de ajuste macroeconômico em curso na economia brasileira tem impactado o dinamismo da atividade no Nordeste, não obstante a região se beneficie pela maior participação da indústria alimentícia na estrutura produtiva local e detenha participação expressiva como receptora das transferências governamentais no âmbito de programas sociais. A perspectiva de evolução moderada do ritmo de atividade deverá se manter nos próximos trimestres, em ambiente de reduzidos níveis de confiança de consumidores e empresários e distensão do mercado de trabalho.

1/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

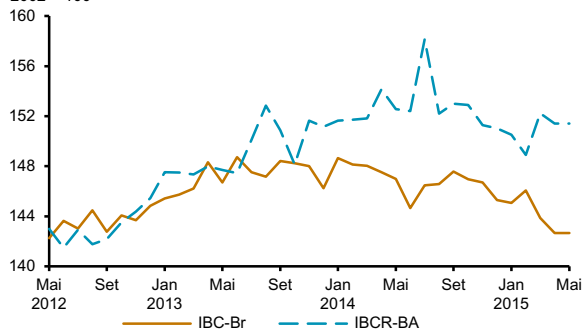
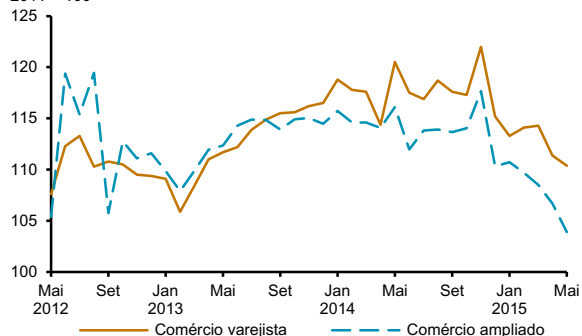


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

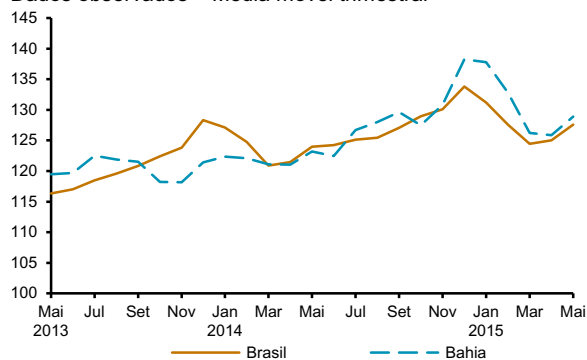
Setores	Variação % no período			
	2014		2015	
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,1	-4,0	-1,9	-0,5
Combustíveis e lubrificantes	-1,0	-2,8	-4,0	-0,1
Hiper, supermercados	-1,0	1,0	-1,7	0,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,5	-11,7	0,7	-4,9
Móveis e eletrodomésticos	5,1	-15,4	1,2	-8,3
Comércio ampliado	1,7	-4,2	-3,5	-3,3
Automóveis e motocicletas	6,5	-4,9	-8,1	-9,7
Material de construção	3,4	-3,4	-0,4	-3,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.7 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia decresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2015, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A retração refletiu recuos na indústria (3,0%) – decorrente de resultados negativos na construção civil (6,0%), e nas indústrias extrativa (4,0%) e de transformação (3,5%) – e no setor de serviços (1,1%), e crescimento de 6,9% na agropecuária. Considerados dados dessazonalizados, o PIB retraiu 0,6% em relação ao quarto trimestre de 2014. Dados mais recentes indicam a continuidade da moderação da atividade econômica do estado. Nesse sentido, influenciado pela expansão da indústria, decorrente da base de comparação deprimida, o IBCR-BA variou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando decrescera 1,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado recuaram 3,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 4,2%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para veículos, motocicletas, partes e peças (8,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,2%) e combustíveis e lubrificantes (4,0%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (-0,4%), o comércio varejista da Bahia retraiu 1,9% no período (-4,0% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 3,3% em maio (-1,9% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (19,3%) e veículos, motocicletas, partes e peças (9,7%). As vendas do comércio varejista variaram -0,5% e 1,0%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços da Bahia cresceu 4,6% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014 (serviços prestados às famílias, 6,4%; transportes e correio, 10,1%; e serviços de informação e comunicação, -3,8%), de acordo com a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 7,2% em maio, ante 6,9% em fevereiro (serviços profissionais e administrativos, 16,3%; transportes e correio, 11,6%).

Tabela 2.14 – Receita nominal de serviços – Bahia

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

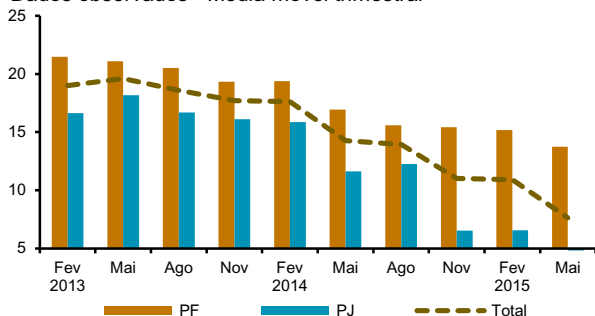
Segmentos	Variação % no período			
	2014		2015	
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	7,0	8,8	4,6	7,2
Serviços prestados às famílias	10,9	13,0	6,4	11,5
Serviços de informação e comunicação	-6,8	-3,6	-3,8	-5,5
Serviços profissionais e administrativos	17,5	20,9	6,2	16,3
Transportes e correio	11,4	11,5	10,1	11,6
Outros serviços	8,4	1,0	2,5	3,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Dados observados - Média móvel trimestral



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.15 – Evolução do emprego formal – Bahia

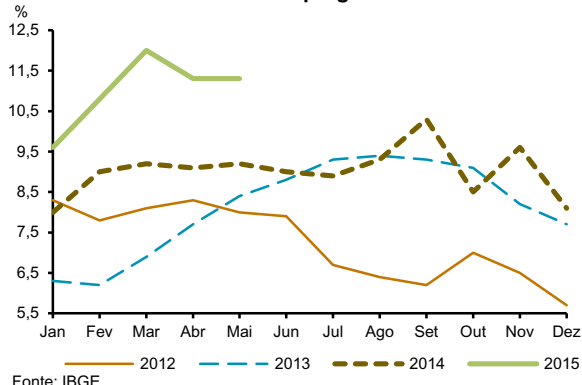
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	9,7	1,4	-0,1	-30,4	-9,5
Indústria de transformação	2,1	-0,3	-3,3	-3,1	0,3
Comércio	-1,3	-0,7	7,4	-4,6	-2,4
Serviços	5,8	2,1	1,4	-5,6	-3,9
Construção civil	-3,7	-0,4	1,1	-13,4	-9,5
Agropecuária	7,0	1,0	-6,6	-3,3	5,6
SIUP	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	-0,1
Outros ^{2/}	0,2	-0,3	-0,6	-0,2	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – Bahia

Fonte: IBGE

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia totalizou R\$111,8 bilhões em maio, variando -0,4% no trimestre e 7,6% em doze meses. Os empréstimos com recursos livres totalizaram R\$61,1 bilhões no período, com estabilidade no trimestre e aumento de 8,2% em doze meses, e os contratados com recursos direcionados somaram R\$50,7 bilhões, variando -0,9% e 7,0%, respectivamente, nos períodos considerados.

O estoque de crédito no segmento de pessoas físicas totalizou R\$60,2 bilhões, com aumentos de 2,1% no trimestre e de 13,7% em doze meses, destacando-se as operações de financiamento imobiliário. A carteira de crédito no segmento para pessoas jurídicas somou R\$51,6 bilhões (variações respectivas de -3,3% e 1,3%, nas mesmas bases de comparação), com destaque para as modalidades financiamentos à exportação e financiamentos rurais.

A inadimplência dessas operações atingiu 3,91% em maio (2,88% no país), elevando-se 0,52 p.p. no trimestre e 0,47 p.p. em doze meses. A evolução trimestral refletiu crescimentos respectivos de 0,10 p.p. e 0,95 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais as taxas de inadimplência situaram-se, na ordem, em 4,43% e 3,30%.

A economia do estado eliminou 9,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (geração de 9,7 mil vagas em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, ocorrendo cortes de 14 mil postos na RMS e criação de 4,5 mil vagas no interior do estado. Destacaram-se as eliminações de vagas na construção civil (9,5 mil) e no setor de serviços (3,9 mil), e a geração de 5,6 mil empregos na agricultura, em ambiente de expansão da safra de grãos no estado. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro (construção civil, -5,2%).

A taxa de desemprego na RMS atingiu 11,5% no trimestre encerrado em maio (9,2% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, reflexo de recuo de 1,0% na população ocupada e aumento de 1,6% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego situou-se em 11,1% no trimestre terminado em maio, ante 10,1% no finalizado em fevereiro. O rendimento médio real habitual e a massa salarial real recuaram, na ordem, 6,0% e 7,0% no período.

Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2015 Dez
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{3/}	
	2014	Nominal	Juros	Total ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		
Estado da Bahia	13 202	-3 004	267	-2 737	1 430	11 895
Governo estadual	11 843	-1 939	246	-1 693	1 454	11 604
Capital	715	-397	15	-382	2	336
Demais municípios	644	-668	6	-662	-27	-45

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 2.17 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado da Bahia	-1 137	-3 004	263	267
Governo estadual	-850	-1 939	233	246
Capital	-218	-397	21	15
Demais municípios	-69	-668	9	6

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 ^{2/}	2014/2015
Grãos				
Algodão herbáceo	19,4	1 164	1 197	2,8
Soja	18,6	3 206	4 504	40,5
Milho	7,1	2 917	2 888	-1,0
Feijão	3,7	357	374	4,7
Outros grãos ^{3/}	0,4	172	271	57,0
Outras lavouras				
Banana	6,5	1 089	1 071	-1,6
Cacau	6,3	179	141	-21,2
Café	5,6	202	223	10,8
Mandioca	4,5	2 134	2 096	-1,8
Cana-de-açúcar	3,4	6 693	6 129	-8,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2015.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia registraram *superavit* primário de R\$3,0 bilhões no primeiro trimestre de 2015. O aumento de 164,1% em relação a igual período de 2014 refletiu, em especial, a elevações de 864,7% no âmbito dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$267,0 milhões, no trimestre, com aumento de 1,5% em relação ao mesmo período de 2014, e o *superavit* nominal atingiu R\$2,7 bilhões, resultado 213 % superior ao obtido no primeiro trimestre de 2014.

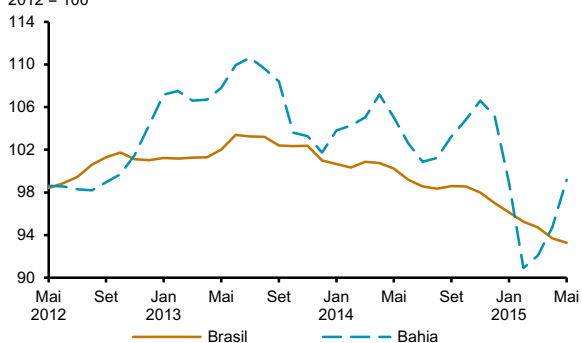
A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios baianos somou R\$11,9 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (26,4% do endividamento do Nordeste). A retração de 9,9% em relação a dezembro de 2014 repercutiu reduções nas dívidas nos três segmentos de governo do estado.

A produção de grãos da Bahia deverá totalizar 9,2 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. O aumento anual, projetado em 18,1%, reflete, em grande parte, a estimativa de aumento de 40,5% para a colheita de soja. Estão projetadas, ainda, variações respectivas de 4,7%, 2,8% e -1,0% para as safras de feijão, algodão e milho. Em relação às demais lavouras, estão estimados aumento de 10,8% para a produção de café e recuos para as de cacau (21,2%), banana (1,6%), mandioca (1,8%) e cana-de-açúcar (8,4%).

A produção industrial baiana cresceu 9,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 14,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram aumentos na produção da indústria extrativa mineral (1,4%) e na da indústria de transformação (9,5%), com ênfase nas expansões nas atividades coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (40,0%), influenciada pelo retorno da produção de importante unidade produtiva que esteve paralisada em janeiro e fevereiro. Em sentido inverso, destacaram-se as reduções nas atividades produtos alimentícios (8,3%), outros produtos químicos (4,6%) e veículos automotores (2,7%).

Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado recuou 6,0% em maio, em relação a igual período de 2014 (-4,7% em fevereiro). Houve reduções nas indústrias extrativa (2,3%) e de transformação (6,2%), com destaque para os resultados negativos nas atividades equipamentos

Gráfico 2.10 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2015	Acumulado		em 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-14,7	9,1	-6,0
Indústrias extrativas	5,9	-0,2	1,4	-2,2
Indústrias de transformação	94,1	-15,6	9,5	-6,2
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-37,7	40,0	-9,5
Outros produtos químicos	16,1	-5,8	-4,6	2,7
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-3,2	-2,7	-3,1
Metalurgia	8,2	-12,6	-2,5	-18,4
Produtos alimentícios	8,1	-1,3	-8,3	-1,9
Celulose e prod. papel	7,4	0,5	0,6	1,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.20 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	4 429	3 527	-20,4	-14,7
Básicos	981	869	-11,3	-21,6
Industrializados	3 448	2 658	-22,9	-7,5
Semimanufaturados	1 173	1 210	3,1	-3,9
Manufaturados ^{1/}	2 275	1 448	-36,4	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

de informática, produtos eletrônicos e ópticos (51,9%), metalurgia (18,4%) e coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (9,5%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)², divulgado pela SEI, atingiu -397 pontos em maio (-340 pontos em fevereiro e -198 pontos em maio de 2014), situando-se na área de pessimismo. A evolução trimestral do Iceb repercutiu retrações nos indicadores setoriais da indústria (18 pontos), de serviços e comércio (67 pontos) e da agropecuária (102 pontos).

A balança comercial da Bahia registrou *deficit* de US\$1,1 bilhão no primeiro semestre do ano (*superavit* de US\$206 milhões no mesmo período de 2014), refletindo recuo de 20,4% nas exportações e aumento de 9,4% nas importações, que somaram US\$3,5 bilhões e US\$4,6 bilhões, respectivamente.

A redução nas exportações repercutiu recuo de 21,9% nos preços e aumento de 2,0% no *quantum*. As vendas de produtos manufaturados, que representaram 41,0% do total, decresceram 36,4% (óleos combustíveis, -76,5%; hidrocarbonetos, -49,7%); as de produtos básicos recuaram 11,3% (soja mesmo triturada, -28,7%; cravo-da-índia, -90,7%) e as de semimanufaturados aumentaram 3,1% (catodos de cobre, 110,0%; pastas químicas de madeira, -13,5%, destacando-se que a participação desse item nas vendas da categoria atingiu 54,3% no semestre). As vendas direcionadas à China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 47,4% do total exportado pelo estado no semestre, ressaltando-se que as exportações para a China aumentaram 20,0% no período.

O crescimento das importações refletiu variações de -16,3% nos preços e de 30,7% no *quantum*³. Destacaram-se os aumentos de 312,4% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, que representaram 20,0% da pauta, e de 15,9% nas de bens de capital (motores e geradores elétricos, 131,9%; veículos de carga, -13,6%). As compras de bens de consumo recuaram 22,4% (automóveis, -25,6%) e as de matérias-primas, 9,8% (nafta, -17,4%). Argentina, Argélia, Chile e EUA foram os mercados de origem de 39,2% das aquisições baianas no período.

O IPCA na RMS variou 2,34% no segundo trimestre de 2015 (3,45% no primeiro), de acordo com o IBGE. Houve

2/ O indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença.

3/ O aumento no quantum repercutiu, fundamentalmente, as importações de combustíveis e lubrificantes para suprir a demanda interna em face de paralização da produção de importante unidade produtiva em janeiro e fevereiro.

Tabela 2.21 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	4 222	4 621	9,4	-18,5
Bens de capital	683	791	15,9	-15,8
Matérias-primas	2 655	2 394	-9,8	-15,0
Bens de consumo	661	514	-22,4	-13,7
Duráveis	619	474	-23,4	-20,5
Não duráveis	43	39	-7,7	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	224	922	312,4	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.22 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,00	5,76	3,45	2,34	7,85
Livres	77,64	5,75	2,97	1,82	6,74
Comercializáveis	37,55	6,45	1,01	2,18	6,21
Não comercializáveis	40,09	5,09	4,86	1,48	7,25
Monitorados	22,36	5,79	5,18	4,19	11,85
Principais itens					
Alimentação	28,05	6,43	4,64	3,01	10,99
Habitação	14,54	9,39	4,45	3,56	9,75
Artigos de residência	4,69	7,99	1,10	0,09	5,34
Vestuário	6,82	2,62	-0,86	1,47	2,13
Transportes	19,02	1,95	4,48	0,77	6,68
Saúde	10,12	7,59	1,57	3,12	7,76
Despesas pessoais	8,30	7,62	2,25	4,25	6,05
Educação	4,51	8,77	8,07	0,34	9,18
Comunicação	3,96	-0,23	-0,44	1,44	1,18

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a junho de 2015.

desaceleração dos preços livres, de 2,97% para 1,82%, e dos monitorados, de 5,18% para 4,19%, destacando-se, nesse segmento, os aumentos nos itens taxa de água e esgoto (7,26%), energia elétrica residencial (14,80%) e jogos de azar (47,29%). A trajetória dos preços livres repercutiu a aceleração dos preços dos bens comercializáveis (de 1,01% para 2,18%) e a desaceleração dos não comercializáveis (de 4,86% para 1,48%), destacando-se os aumentos de preços nos itens tubérculos, raízes e legumes (34,08%), empregados domésticos (3,40%) e pão francês (6,07%), e as retrações nos preços dos itens farinha de mandioca (24,95%) e mão-de-obra (8,50%). O índice de difusão situou-se em 68,50% no segundo trimestre (72,4% no primeiro trimestre do ano e 59,1% no último trimestre de 2014).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMS aumentou 7,85% em junho (7,35% em março). Os preços livres cresceram 6,74%, reflexo de aumentos nos segmentos de bens comercializáveis (6,21%) e não comercializáveis (7,25%), destacando-se as elevações nos itens alimentação fora do domicílio (13,02%), tubérculos, raízes e legumes (57,98%) e carnes (23,41%). Os preços monitorados variaram 11,85% no período, com destaque para as elevações nos itens jogos de azar (47,49%), energia elétrica residencial (26,44%), gasolina (18,04%) e plano de saúde (9,63%).

A evolução dos principais indicadores econômicos da Bahia evidencia o arrefecimento da atividade econômica do estado. Essa trajetória, em ambiente de menor dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito, tende a se manter nos próximos meses, apesar da expansão registrada no setor agrícola.

Gráfico 2.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

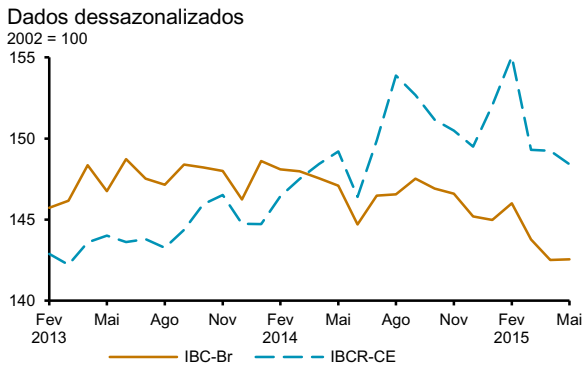
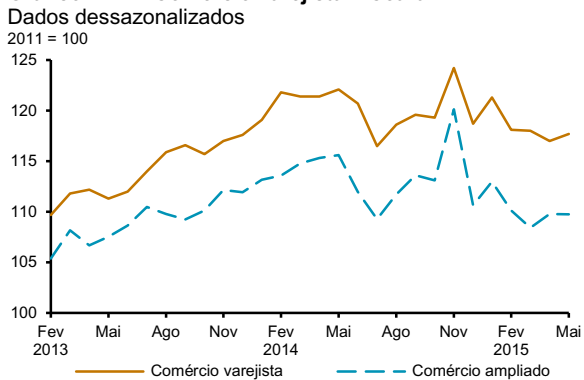


Gráfico 2.12 – Comércio varejista – Ceará



Fonte: IBGE

Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,4	-1,5	1,0
Combustíveis e lubrificantes	-2,5	-2,9	3,6
Hiper e supermercados	-1,5	-1,1	-1,8
Móveis e eletrodomésticos	-3,3	-3,8	-1,7
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-12,7	6,0	-12,9
Comércio ampliado	-3,8	-1,7	-0,4
Automóveis e motocicletas	-10,3	-4,0	-5,5
Material de construção	0,6	0,8	7,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.24 – Receita nominal de serviços – Ceará

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2015		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	7,3	4,0	6,5
Serviços prestados às famílias	18,3	6,7	17,4
Serviços de informação e comunicação	-5,1	-2,4	-3,5
Serviços profissionais e administrativos	10,3	4,1	6,9
Transportes e correio	2,8	2,4	4,5
Outros serviços	32,5	23,5	28,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Ceará

O PIB do Ceará decresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2014, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, segundo estatísticas dessazonalizadas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Ocorreram variações respectivas de 2,2%, -0,5% e -0,7% na agropecuária, no setor de serviços e na indústria. Dados mais recentes mostram a continuidade de resultados desfavoráveis no comércio e na indústria, em ambiente de menor dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, o IBCR-CE recuou 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando se elevava 0,5%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado recuaram 1,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 3,8%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em seis dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, 5,2%; veículos, motos, partes e peças, 4,0%; móveis e eletrodomésticos, 3,8%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (0,8%), o comércio varejista do Ceará retraiu 1,5% no período e 1,4% no trimestre terminado em fevereiro.

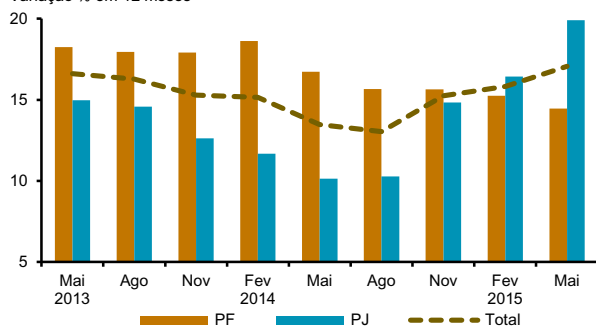
Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 0,4% em maio (aumento de 1,6% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (5,5%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,8%). As vendas do comércio varejista variaram 1,0% e 3,6%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços cearense cresceu 4,0% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014, segundo a PMS do IBGE (outros serviços, 23,5%; serviços prestados às famílias, 6,7%). Considerados períodos de doze meses, a receita nominal aumentou 6,5% em maio, em relação em relação a igual intervalo de 2014 (outros serviços, 28,0%; serviços prestados às famílias, 17,4%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil somaram R\$61,3 bilhões em maio, elevando-se 3,8% no trimestre e 17,1% em doze meses. As operações com recursos livres totalizaram R\$33,1 bilhões no período, com aumentos de 1,1% no trimestre e de 6,1% em doze meses,

Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.25 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	5,6	12,1	25,5	-12,8	-5,6
Indústria de transformação	0,6	0,2	2,1	-4,2	-4,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,3	0,1	0,0	0,7	0,1
Construção civil	1,0	2,7	3,8	-4,6	-0,4
Comércio	-0,6	1,7	10,0	-2,1	-0,2
Serviços	4,7	4,6	8,6	0,0	-0,1
Agropecuária	-0,4	2,7	1,0	-2,6	-0,7
Outros ^{2/}	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
CE	-409	-906	93	122
Governo estadual	-275	-387	98	129
Capital	-75	-23	2	4
Demais municípios	-59	-497	-6	-11

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2014	2015			
	Dez	Nominal	Outros ^{4/}		Mar	
		Primário	Juros	Total ^{3/}		
CE	5 118	-906	122	-785	759	5 092
Governo estadual	5 719	-387	129	-257	684	6 145
Capital	255	-23	4	-19	75	311
Demais municípios	-856	-497	-11	-508	0	-1 364

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

e as realizadas com recursos direcionados somaram R\$28,2 bilhões, elevando-se 7,3% e 33,2%, respectivamente, nos períodos considerados.

A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$30,1 bilhões, com aumentos de 4,8% no trimestre e de 19,9% em doze meses, destacando-se as contratações nos setores geração e transmissão de energia elétrica, serviços públicos (exceto educação e saúde), e construção civil. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$31,2 bilhões, elevando-se 2,9% e 14,5%, respectivamente, com destaque para as modalidades financiamentos habitacionais e crédito consignado.

A inadimplência atingiu 3,0% em maio, variando 0,03 p.p. em relação a fevereiro e -0,73 p.p. em doze meses. O comportamento no trimestre repercutiu aumento de 0,11 p.p. no segmento de pessoas físicas e redução de 0,03 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 4,0% e 1,9%, respectivamente.

A economia cearense eliminou 5,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (criação de 5,6 mil postos em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se o corte de 4,3 mil vagas na indústria de transformação. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará aumentou 0,1%, no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Dentre as oito atividades pesquisadas, cinco apresentaram elevação no nível de emprego, destacando-se os aumentos de 4,4% em serviços industriais de utilidade pública e de 0,8% em serviços, e os recuos respectivos de 1,4% e 0,9% nas indústrias extrativa e de transformação.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará somou R\$906 milhões no primeiro trimestre de 2015, elevando-se 121,4% em relação ao mesmo período de 2014. O *superavit* do governo do estado cresceu 40,3% e o dos demais municípios, 743,4%, enquanto o do governo da capital recuou 68,9%.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$122 milhões no trimestre e o resultado nominal foi superavitário em R\$785 milhões, aumentos respectivos de 30,5% e de 148,3% em relação a igual período de 2014.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$5,1 bilhões em março de 2015, recuando 0,5% em relação a dezembro de 2014. A

participação do Ceará no endividamento regional alcançou 11,3%, ante 10,9% em dezembro de 2014.

Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará
Itens selecionados

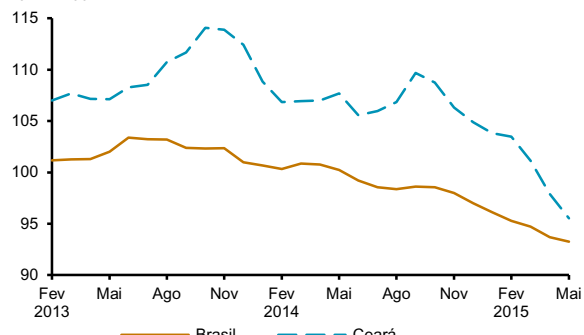
Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		Var. % 2015/2014
		Produção ^{2/} 2014	2015	
Produção de grãos		502	615	22,4
Feijão	6,9	109	205	87,5
Milho	3,9	348	355	2,0
Arroz (em casca)	1,7	40	49	24,3
Outras lavouras selecionadas				
Banana	15,1	453	446	-1,3
Mandioca	6,8	478	550	14,9
Castanha-de-caju	4,5	51	149	190,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

Gráfico 2.14 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – Produção industrial – Ceará
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2015	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,7	-7,7	-6,0
Artefatos de couro e calçados	26,7	0,4	-14,9	-2,1
Produtos alimentícios	16,9	0,0	-1,3	2,3
Art. vestuário e acessórios	11,8	-7,6	1,5	-7,8
Bebidas	11,0	9,4	-10,4	-10,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A safra de grãos do Ceará deverá totalizar 614,9 mil toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, destacando-se que o aumento anual, projetado em 22,4%⁴, reflete estimativas de aumentos de 87,5% para a safra de feijão, impulsionado por elevação de 20,6% no rendimento médio; de 24,3% para a de arroz e de 2,0% para a de milho. Em relação às outras lavouras, estão projetadas variações anuais de -1,3% para a produção de bananas, de 14,9% para a de mandioca e de 190,9% para a de castanha-de-caju.

A produção industrial do Ceará recuou 7,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 2,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as retrações nos segmentos preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (14,9%), fabricação de produtos têxteis (12,2%) e bebidas (10,4%).

A análise em doze meses indica que a produção industrial do estado decresceu 6,0% em maio (-4,2% em fevereiro), com destaque para os recuos nos segmentos produtos têxteis (31,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,2%) e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (11,3%).

O faturamento real da indústria de transformação cearense cresceu 1,0% no período de doze meses encerrado em maio (retração de 0,6% no finalizado em fevereiro), de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve reduções no pessoal empregado (5,0%), na remuneração real (1,4%) e nas horas trabalhadas (19,1%). O Nuci médio atingiu 81,4% no período de doze meses finalizado em maio de 2015 (81,4% no terminado em fevereiro de 2015 e 83,2% no encerrado em maio de 2014).

A balança comercial do Ceará apresentou *deficit* de US\$1153,6 milhões nos seis primeiros meses do ano (US\$668,7 milhões em igual período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$480,2 milhões e as importações, US\$1633,8 milhões, variando -36,1% e 15,0%, respectivamente, no período.

4/ Ressalte-se que a redução da projeção do LSPA de junho, em relação à do LSPA de maio (-38,8%), reflete o impacto da má distribuição espacial e temporal das chuvas nas principais áreas produtoras.

Tabela 2.30 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	752	480	-36,1	-14,7
Básicos	103	95	-7,6	-21,6
Industrializados	649	385	-40,6	-7,5
Semimanufaturados	144	132	-8,3	-3,9
Manufaturados ^{1/}	505	253	-49,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.31 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	1 420	1 634	15,0	-18,5
Bens de capital	317	174	-45,2	-15,8
Matérias-primas	727	632	-13,1	-15,0
Bens de consumo	92	85	-8,3	-13,7
Duráveis	34	41	20,4	-20,5
Não duráveis	59	44	-25,0	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	284	744	162,0	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	6,04	3,51	2,83	6,43
Livres	79,4	5,78	2,71	2,44	5,22
Comercializáveis	42,0	4,70	1,27	1,94	3,24
Não comercializáveis	37,4	7,13	4,40	3,01	7,54
Monitorados	20,6	7,06	6,71	4,32	11,32
Principais itens					
Alimentação	32,5	7,03	3,90	3,25	7,28
Habitação	14,5	10,43	7,49	3,44	11,19
Artigos de residência	4,3	2,59	1,01	1,49	2,51
Vestuário	7,0	0,60	-0,31	0,37	0,06
Transportes	15,5	3,69	4,08	1,38	5,52
Saúde	9,5	5,98	1,21	3,24	4,49
Despesas pessoais	9,1	8,02	2,58	6,37	9,11
Educação	4,4	9,45	5,42	0,96	6,43
Comunicação	3,2	-1,19	-1,04	1,50	0,44

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

A evolução das exportações, resultante de reduções de 20,2% nos preços e de 19,9% no *quantum*, repercutiu recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado, com destaque para a retração de 49,8% nos embarques de produtos manufaturados (óleos combustíveis, 94,0%). As exportações de semimanufaturados recuaram 8,3% (couros e peles, -13,8%; ferro-ligas, -60,8%) e as de produtos básicos, 7,6% (castanha-de-caju, -9,6%; melões frescos, -14,1%). As vendas direcionadas aos EUA, China, Argentina, Itália, Alemanha e Holanda representaram, em conjunto, 51,2% dos embarques do estado no primeiro semestre de 2015.

O aumento das importações repercutiu variações de 36,7% no *quantum* e de -15,8% nos preços. As aquisições de combustíveis aumentaram 162% (gás natural liquefeito – GNL, 267,9%) e as de bens de consumo duráveis, 20,4% (utensílios domésticos, 161,6%). Em sentido oposto, ocorreram reduções nas compras de bens de capital, 45,2% (aviões, -67,3%); de bens intermediários, 13,1% (construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço, -68,8%); e de bens de consumo não duráveis, 25,0% (medicamentos para medicina humana e veterinária, -65,9%). As importações provenientes da China, Trinidad e Tobago, Noruega, Colômbia e Espanha responderam por 53% do total das compras do estado no semestre.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 2,83% no segundo trimestre do ano (3,51% no primeiro), segundo o IBGE, com desacelerações dos preços livres, de 2,71% para 2,44%, e dos monitorados, de 6,71% para 4,32% (energia elétrica residencial, 9,90%, ônibus interestadual, 4,21%). No âmbito dos preços livres, a variação dos preços dos bens comercializáveis aumentou 0,66 p.p., para 1,94% (panificados, 6,40%; produtos óticos, 2,91%), e a dos preços dos itens não comercializáveis recuou 1,39 p.p., para 3,01% (feijão carioca, -8,95%; farinha de mandioca, -6,29%). O índice de difusão do IPCA atingiu 62,92% no trimestre (59,58% no primeiro trimestre do ano).

Considerados períodos de doze meses o IPCA da RMF variou 8,76% em junho (8,31% em março), com a inflação dos preços livres se deslocando de 6,97% para 7,27%, e a dos monitorados, de 13,73% para 14,75%.

A evolução recente de importantes indicadores da economia cearense evidencia a continuidade da desaceleração da atividade no estado. Em ambiente de curto prazo, as perspectivas são de redução do dinamismo do mercado interno, decorrente da menor geração de empregos e do menor crescimento da renda real. A perspectiva de

recuperação da atividade agropecuária foi prejudicada pela irregularidade espacial e temporal das chuvas, minimizando os efeitos positivos sobre a cadeia produtiva local. Em relação à atividade da indústria, o processo de ajuste continua, com redução da produção tanto em segmentos tradicionais quanto nos mais dinâmicos.

Gráfico 2.15 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2002 = 100

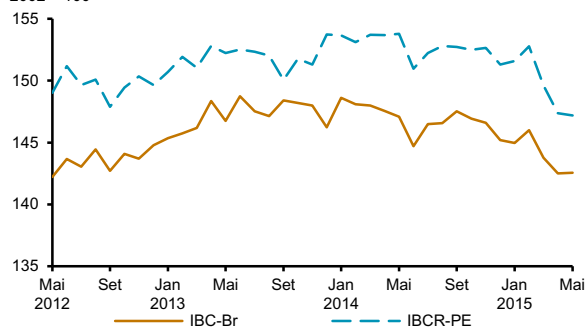


Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,8	-2,6	-3,5	-1,3
Combustíveis e lubrificantes	2,8	2,2	-7,1	-0,3
Hiper e supermercados	-1,3	0,6	-2,1	-4,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,5	-4,0	-7,9	-1,0
Móveis e eletrodomésticos	4,7	-10,3	-4,3	-4,8
Comércio ampliado	1,4	-3,4	-4,4	-2,9
Automóveis e motocicletas	-2,6	-6,1	-7,4	-6,4
Material de construção	4,2	1,6	2,3	-3,9

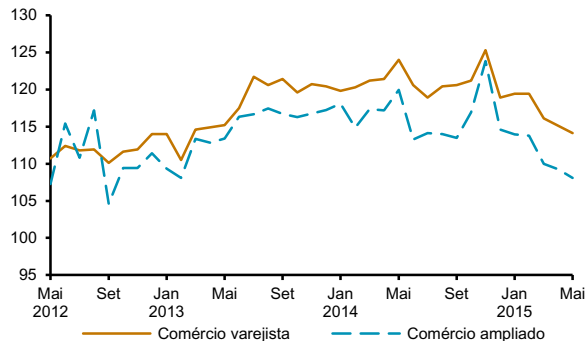
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100

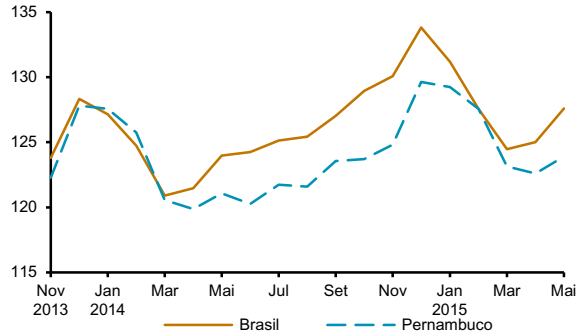


Fonte: IBGE

Gráfico 2.17 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Pernambuco

O PIB de Pernambuco, repercutindo variações de 1,5% na agropecuária, 2,4% na indústria e de -0,8% nos serviços, registrou estabilidade no primeiro trimestre de 2015, em relação ao quarto trimestre de 2014, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). A evolução mais recente das vendas do comércio e da indústria, em cenário de ajustes no mercado de trabalho e nas condições do mercado de crédito, se refletiu na trajetória do IBCR-PE, que, considerados dados dessazonalizados, recuou 2,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao findo em fevereiro, quando decrescera 0,5% nas mesmas bases de comparação.

As vendas do comércio ampliado de Pernambuco recuaram 4,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 3,4%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em sete dos dez segmentos pesquisados, com destaque para tecidos, vestuário e calçados (-7,9%) e combustíveis e lubrificantes (-7,1%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (-7,4%) e de material de construção (2,3%), o comércio varejista de Pernambuco retraiu 3,5% no período (2,6% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 2,9% em maio (-1,0% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (6,4%) e móveis e eletrodomésticos (4,8%). As vendas do comércio varejista variaram -1,3% e 1,2%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 2,3% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS/IBGE (outros serviços, 7,4%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 6,2%). O indicador variou 2,5% no período de doze meses até maio (outros serviços, 8,7%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 5,0%).

O Índice de Velocidade de Vendas (IVV) da RMR – razão entre as vendas e o total de imóveis ofertados no segmento residencial do mercado imobiliário – atingiu 5,1% no trimestre encerrado em abril (8,9% em igual período de 2014), de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). Destaque para a retração de 36,5% na comercialização de imóveis. No período de

Tabela 2.34 – Receita nominal de serviços – Pernambuco
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

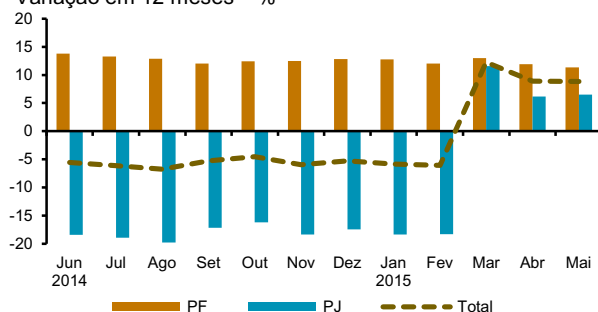
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	4,7	1,5	2,3	2,5
Serviços prestados às famílias	7,1	4,0	0,1	3,4
Serviços de informação e comunicação	1,0	-2,0	-4,8	-1,8
Serviços profissionais e administrativos	5,9	4,9	6,2	5,0
Transportes e correio	5,5	-0,4	6,1	3,3
Outros serviços	12,6	8,9	7,4	8,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.35 – Evolução do emprego formal – Pernambuco
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-28,8	6,2	14,1	-35,3	-39,3
Ind. de transformação	-18,5	4,3	16,2	-8,3	-18,9
Comércio	-0,9	0,6	6,0	-7,1	-2,3
Serviços	0,7	2,7	0,8	-4,6	-6,6
Construção civil	-7,5	-5,9	-8,6	-12,9	-8,0
Agropecuária	-2,7	4,5	-0,1	-2,0	-3,4
Serv. ind. de util. pública	0,2	0,2	-0,1	-0,2	-0,1
Outros ^{1/}	-0,1	0,0	0,0	-0,1	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

doze meses encerrado em maio, ocorreram diminuição de 27,8% nas vendas e aumento de 22,9% na oferta de imóveis residenciais na RMR.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$72,6 bilhões em maio, elevando-se 0,4% no trimestre e 8,8% em doze meses. Os empréstimos com recursos livres somaram R\$39,3 bilhões, com variações respectivas de -0,4% e 2,7%, nas mesmas bases de comparação, e os pactuados com recursos direcionados atingiram R\$33,3 bilhões, aumentando 1,4% no trimestre e 17,1% em doze meses, destacando-se o crescimento trimestral de 5,6% dos financiamentos imobiliários.

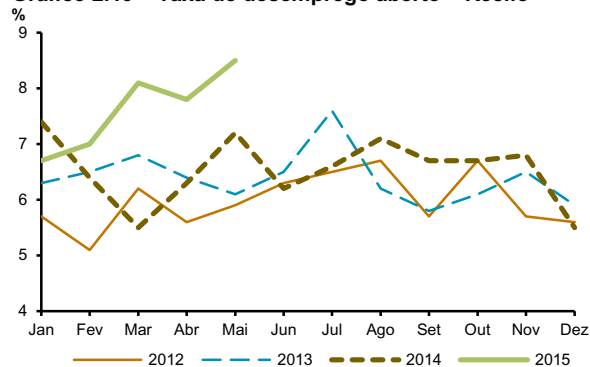
Os empréstimos para pessoas jurídicas recuaram 1,3% no trimestre, para R\$37 bilhões, destacando-se as retrações nas contratações da indústria de máquinas e equipamentos e do comércio. A carteira de pessoas físicas aumentou 2,1%, para R\$35,5 bilhões, no período.

A taxa de inadimplência atingiu 3,99% em maio, elevando-se 0,39 p.p. no trimestre e 0,64 p.p. em doze meses. A variação trimestral repercutiu aumentos de 0,03 p.p. e 0,70 p.p. nas taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que situaram-se em 4,62% e 3,39%, respectivamente.

O mercado de trabalho pernambucano eliminou 39,3 mil postos de trabalho formais no trimestre finalizado em maio (-28,8 mil em igual período de 2014), conforme o Caged/MTE. Destacaram-se os cortes de 18,9 mil vagas na indústria de transformação (17,3 mil na atividade alimentos e bebidas, em função do ciclo da produção sucroalcooleira), de 8,0 mil na construção civil (sexto corte trimestral consecutivo) e de 6,6 mil no setor de serviços. Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal recuou 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando retraíra 1,1%, nesse tipo de comparação.

A taxa de desemprego da RMR, divulgada pela PME/IBGE, atingiu 8,1% no trimestre encerrado em maio, ante 6,3% em igual período do ano anterior. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 7,6%, ante 6,8% no trimestre finalizado em fevereiro, reflexo de redução de 0,7% na População Ocupada (PO) e aumento de 0,1% na PEA. No mesmo período, ocorreram recuos de 3,0% no rendimento real médio habitual e de 5,0% na massa salarial real.

Gráfico 2.19 – Taxa de desemprego aberto – Recife



Fonte: IBGE

Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
PE	-443	-1 011	85	248
Governo estadual	-141	-340	91	252
Capital	-147	-69	1	6
Demais municípios	-155	-601	-7	-10

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	Dívida ^{2/}
		2014	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	Mar
PE	9 623	-1 011	248	-763	1 077	9 937
Governo estadual	10 160	-340	252	-89	1 052	11 123
Capital	101	-69	6	-63	33	71
Demais municípios	-638	-601	-10	-611	-8	-1 258

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Pernambuco foi superavitário em R\$1 bilhão no primeiro trimestre de 2015. O aumento de 128% em relação a igual período de 2014 repercutiu variações respectivas de 288,0%, 141,0% e -53,0% nos *superavits* dos governos dos principais municípios, do estado e da capital. Os juros nominais, apropriados por competência, aumentaram 192,0%, para R\$248 milhões, e o resultado nominal registrou *superavit* de R\$763 milhões, elevando-se 113,0% no período.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$9,9 bilhões em março de 2015, crescendo 3,3% em relação a dezembro de 2014. Sua participação na dívida do Nordeste aumentou de 20,5% para 22,1%, no período.

A produção de grãos do estado deverá recuar 7,0% em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, com destaque para as estimativas de variações para as colheitas de milho (-25,1%) e feijão (13,5%). Em relação às demais culturas, destacam-se as projeções de aumentos para as produções de mandioca (33,1%) e de cana-de-açúcar (4,2%).

A atividade industrial do estado recuou 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, período em que se elevou 2,1%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Destacaram-se as reduções nas atividades bebidas (11,2%), outros equipamentos de transporte (7,9%) e produtos alimentícios (1,9%).

A produção da indústria recuou 2,4% no intervalo de doze meses até maio (estabilidade em fevereiro, no mesmo tipo de comparação). Destacaram-se as retrações nas atividades metalurgia (15,3%) e outros equipamentos de transporte (14,1%), refletindo a perda de dinamismo do polo naval; e o aumento de 9,0% na produção da indústria alimentícia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial atingiu 40,8 pontos em maio, ante 39,3 pontos fevereiro. Ressalte-se que o indicador – que registra média de 59,2 pontos desde sua criação, em janeiro de 2010 – havia atingido seu menor nível (37,8 pontos) em março de 2015.

O *deficit* da balança comercial pernambucana totalizou US\$2,5 bilhões no primeiro semestre de 2015, de acordo com dados do MDIC. O recuo de 24,1% em relação a igual período de 2014 repercutiu reduções de 27,3% nas

Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	2,3	53	60	13,5
Milho	0,5	55	41	-25,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	31,0	15 417	16 063	4,2
Uva	21,7	237	237	0,3
Banana	7,4	396	370	-6,7
Mandioca	5,8	302	403	33,1
Cebola	5,0	48	29	-39,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

Tabela 2.39 – Produção industrial – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		Acum. 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	2,1	-1,9	-2,4
Produtos alimentícios	31,2	12,3	-1,9	9,0
Bebidas	10,9	5,0	-11,2	-2,6
Produtos minerais não-metálicos	9,4	0,6	5,5	-7,9
Outros produtos químicos	9,2	-4,7	2,4	-3,9
Metalurgia	7,2	-11,7	9,1	-15,3
Outros equip. de transporte	6,5	-3,9	-7,9	-14,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.40 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	512	372	-27,3	-14,7
Básicos	34	29	-16,0	-21,6
Industrializados	478	343	-28,1	-7,5
Semimanufaturados	43	36	-16,7	-3,9
Manufaturados ^{1/}	434	307	-29,3	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

exportações e de 24,5% nas importações, que somaram US\$372 milhões e US\$2,8 bilhões, respectivamente.

A trajetória das exportações refletiu retrações de 16,1% nos preços e de 13,3% no *quantum*. As vendas de manufaturados, com participação de 82,6% no total, recuaram 29,3% (motores e geradores, -100%, açúcar refinado, -20,7%), e as de semimanufaturados, 16,7%. Argentina, Antilhas Holandesas, EUA e Venezuela, adquiriram, em conjunto, 52,3% das exportações de Pernambuco no primeiro semestre de 2015.

A redução das importações resultou de recuo de 27,4% nos preços e de aumento de 2,7% no *quantum*. Houve diminuições de 49,4% nas compras de combustíveis e lubrificantes (óleo diesel, -56,7%) e de 15,9% nas de matérias-primas, e aumento de 13,1% nas de bens de capital. As aquisições provenientes dos EUA, Itália, China e Argentina representaram, em conjunto, 56,5% das importações do estado no semestre.

O nível de preços na RMR, medido pelo IPCA, aumentou 3,30% no segundo trimestre de 2015 (2,79% no trimestre anterior). A variação dos preços livres passou de 2,21% para 2,67% e a dos monitorados, de 5,00% para 5,67%, com destaque para as elevações nos itens energia elétrica residencial (12,14%), gasolina (8,60%) e produtos farmacêuticos (5,53%). A evolução dos preços livres repercutiu a aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 0,95% para 2,45% (carnes, 8,37%; vestuário, 2,09%; e panificados, 4,26%) e a desaceleração dos preços dos não comercializáveis, de 3,50% para 2,89% (tubérculos raízes e legumes, 24,72%; alimentação fora do domicílio, 1,69%; aluguel residencial, 3,07%; e condomínio, 5,03%). O índice de difusão aumentou 2,8 p.p., para 75,2%, no trimestre.

A inflação na RMR atingiu 8,13% no período de doze meses encerrado em junho (7,50% em março). Os preços livres aumentaram 6,82% (alimentação fora do domicílio, 11,58%; carnes, 22,77%; e aluguel residencial, 12,97%) e os monitorados, 13,14% (energia elétrica residencial, 29,51%; gasolina, 19,37%; e plano de saúde; 9,86%).

A retração registrada na economia pernambucana no decorrer do primeiro semestre de 2015 repercutiu, além do impacto da maior austeridade na condução da política macroeconômica do país, efeitos de cunho metodológico. Nesse sentido, ressaltem-se os impactos desfavoráveis sobre o resultado da indústria do estado pelo fato de ainda não estarem incluídas, na abrangência da PIM-PF/

Tabela 2.41 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 733	2 817	-24,5	-18,5
Bens de capital	469	530	13,1	-15,8
Matérias-primas	1 197	1 007	-15,9	-15,0
Bens de consumo	350	412	17,7	-13,7
Duráveis	191	191	-0,2	-20,5
Não duráveis	159	221	39,3	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	1718	869	-49,4	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.42 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,60	1,22	2,79	3,30
Livres	78,3	0,33	1,46	2,21	2,66
Comercializáveis	39,0	0,94	0,93	0,95	2,45
Não comercializáveis	39,3	-0,29	2,02	3,50	2,89
Monitorados	21,7	1,63	0,34	5,00	5,67
Principais itens					
Alimentação	27,4	0,42	1,49	3,41	4,20
Habitação	14,7	2,47	1,46	4,27	5,62
Artigos de residência	4,9	1,16	-0,26	0,80	0,82
Vestuário	7,6	0,44	2,12	-1,35	2,09
Transportes	14,8	0,70	0,67	4,13	3,17
Saúde	12,5	1,23	1,36	1,54	3,50
Despesas pessoais	9,9	-2,19	2,11	2,23	1,92
Educação	4,6	0,55	0,05	6,84	0,21
Comunicação	3,7	-0,10	-0,38	0,04	1,44

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2015.

IBGE⁵, atividades de alto valor agregado da indústria local iniciadas recentemente em Pernambuco (refino de petróleo e fabricação de veículos automotores); e da base de comparação elevada decorrente de alteração temporal, do final de 2014 para o início de 2015, do pico da produção da agroindústria sucroalcooleira.

5/ De acordo com o IBGE, essas atividades ainda não estão incluídas na PIM-PF porque não se encontravam em operação quando foi realizada a última revisão da pesquisa.